



UTE ■ Marlim Azul

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

com Relatório do Auditor Independente



UTE ■ Marlim Azul

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

■ Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 4

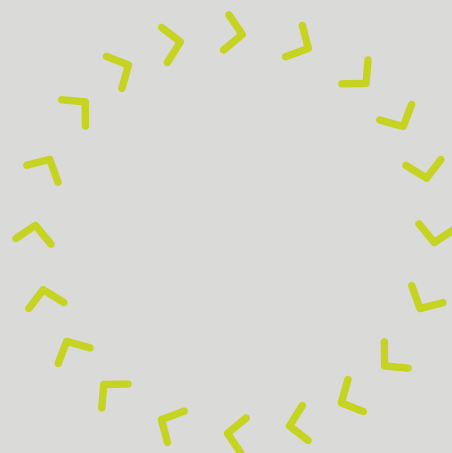
Demonstração do resultado 6

Demonstração do resultado abrangente 7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstração do fluxo de caixa 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras 10





UTE ■ Marlim Azul

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Marlim Azul Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Marlim Azul Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e nº 19 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente dos contratos de fornecimento de energia elétrica em ambiente regulado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, sendo reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, o que pode ocorrer pela disponibilidade da usina, pelo despacho de energia quando solicitado no âmbito dos contratos no ambiente regulado ou pela entrega de energia vendida em contratos bilaterais de curto e longo prazo. Esse assunto foi considerado como significativo em função da relevância dos valores envolvidos.



UTE ■ Marlim Azul

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita; (ii) a análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados nos cálculos dos valores de receita reconhecidos e o teste da acurácia matemática das planilhas que suportam esses valores.; (iii) a comparação da estimativa mensal feita pela Administração com a receita efetivamente faturada no mês subsequente para o exercício e seu reconhecimento contábil; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



UTE ■ Marlim Azul

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC RJ-093771/O

Marlim Azul Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	226.914	103.509
Clientes	5	168.996	136.467
Estoques	6	28.258	417
Impostos a recuperar	7	6.274	8.700
Prêmios de seguros a apropriar	18	22.575	4.403
Adiantamento a Fornecedores		135	–
Instrumentos financeiros	8	2.303	–
Outros Recebíveis		120	234
Total do ativo circulante		455.575	253.730
Não Circulante			
Impostos diferidos	17	89.405	86.633
Prêmios de seguros a apropriar	18	–	943
Outros Recebíveis		82	82
Imobilizado	9	3.230.394	3.376.575
Intangível	10	50.058	52.893
Total do ativo não circulante		3.369.939	3.517.126
Total do ativo		3.825.514	3.770.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marlim Azul Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	11	236.561	598.125
Obrigações trabalhistas	12	11.115	9.815
Tributos e contribuições a recolher	13	13.545	3.108
Arrendamentos		196	596
Instrumentos financeiros	8	56.710	52.820
Provisões e Contingências	15	11.672	8.449
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	143.390	160.203
Total do passivo circulante		473.189	833.116
Não Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	2.900.372	2.495.361
Total do passivo não circulante		2.900.372	2.495.361
Patrimônio líquido			
Capital Social	16	621.706	621.706
Reserva de capital		5.419	5.419
Ajuste de avaliação patrimonial	8	4.466	(9.774)
Lucro (prejuízos) acumulados		(179.638)	(174.972)
Total do patrimônio líquido		451.953	442.379
Total do Passivo e patrimônio líquido		3.825.514	3.770.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marlim Azul Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacional bruta	19	1.099.176	525.200
Deduções		(121.914)	(49.652)
Receita Líquida		977.262	475.548
Custo com geração de energia	20	(580.663)	(543.607)
Lucro Bruto		396.599	(68.059)
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas, pessoal e gerais	21	(78.226)	(64.606)
Outras receitas (despesas) operacionais		(17)	(90)
Lucro (prejuízo) antes receitas e despesas financeiras		318.356	(132.755)
Receitas financeiras	22	13.266	12.001
Despesas financeiras	22	(339.062)	(28.287)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		(7.440)	(149.041)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	2.774	50.643
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício		(4.466)	(98.398)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marlim Azul Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)



ARKE

UTE ■ Marlim Azul

	2024	2023
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	(4.666)	(98.398)
Ganho (perda) em hedge de fluxo de caixa	14.240	(13.940)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos	9.574	(112.338)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Marlim Azul Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital Subscrito	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	535.036	5.929	4.166	(77.111)	468.020
Integralização de capital	86.670	–	–	–	86.670
Ajuste reserva de capital	–	(510)		537	27
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(13.940)	–	(13.940)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(98.398)	(98.398)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	621.706	5.419	(9.774)	(174.972)	442.379
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	14.240	–	14.240
Prejuízo do exercício	–	–	–	(4.666)	(4.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	621.706	5.419	4.466	(179.638)	451.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marlim Azul Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ARKE

UTE ■ Marlim Azul

	2024	2023
Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(7.440)	(149.041)
Depreciação e amortização	132.614	11.103
Despesas financeiras	277.253	103
Baixa de ativo imobilizado e intangível	76.037	91
Ajuste de hedge	10.756	–
Provisões	3.223	5.889
	492.443	(131.855)
(Aumento) redução nos ativos		
Clientes	(32.529)	(136.467)
Estoques	(943)	(251)
Tributos a recuperar	2.426	(976)
Adiantamento a fornecedores	(135)	–
Prêmios de seguros a apropriar	(17.229)	1.228
Outros Recebíveis	114	(148)
Instrumentos financeiros	(1.637)	–
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(361.564)	180.299
Tributos a recolher	10.437	3.108
Obrigações trabalhistas	1.300	253
Passivos de arrendamentos	(1.065)	(646)
Pagamento de Juros sobre Empréstimos	(117.258)	(9.425)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	(25.640)	(94.880)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(86.224)	(277.033)
Aquisição de intangível	(309)	(30.463)
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de investimentos	(86.533)	(307.496)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	–	86.670
Constituição de reserva de capital	–	27
Captação de empréstimos	–	189.814
Captação de debêntures	420.000	–
Custo com transação	(33.113)	(9.941)
Pagamento de Empréstimos	(158.017)	(10.238)
Instrumentos financeiros	6.708	35.455
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	235.578	291.787
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	123.405	(110.589)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	103.509	214.098
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	226.914	103.509
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	123.405	(110.589)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

Em 8 de março de 2018, foi constituída Marlim Azul Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ação de capital fechado, que tem como objeto social o desenvolvimento e a exploração de usina termelétrica de geração de energia, operando em ciclo combinado, uma linha de transmissão, um gasoduto e uma estação de captação de água associados, localizados na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

A Usina Termelétrica Marlim Azul Energia S.A. é uma SPE que atualmente possui 3 acionistas:

- Infraestrutura Brasil Holding III S.A. (50,1%)
- Shell Gas B.V. (29,9%)
- Mitsubishi Power Americas INC. (20,0%)

A Companhia participou do 26º leilão de energia nova em dezembro de 2017 (ACR) vendendo 420 MWm de sua produção futura de energia no mercado regulado através de contratos de fornecimento de 25 anos. A Companhia também celebrou em dezembro de 2018 contrato de fornecimento de energia no mercado livre (ACL) para 50MWm durante 25 anos.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional de suas atividades.

Em 2 de dezembro de 2023, a UTE Marlim Azul iniciou a sua operação comercial conforme o despacho Aneel nº 4.695/2023 de 1º de dezembro de 2023, e em 6 de dezembro de 2023 iniciou a geração de energia seguindo instruções do ONS.

Em 2023 se iniciou a construção da Linha de 500 kV que tem conclusão prevista para 2025.

Em 2024, a usina operou por nove meses não consecutivos sendo que nos meses de junho, setembro e outubro houve despacho fora do período de inflexibilidade (novembro a abril).

Em 23 de maio de 2024 a Companhia obteve o desembolso de R\$ 420.000 referente à emissão de debêntures simples e não conversíveis junto ao banco Itaú e BNDES. Os detalhes da operação estão descritos na nota explicativa de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava um capital circulante líquido (CCL) negativo na ordem de R\$ 17.614, em linha com o plano de negócio. A Companhia espera reverter a posição durante o ano de 2025 através de recursos provenientes da própria operação não apresentando qualquer risco de liquidez associado.

Licenças e autorizações para operação da usina

Ato	Data	Objeto
Portaria MME 250	14/06/2008	Autoriza MAZ a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica, no Município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro e estabelece o cronograma de implantação entre outras obrigações
Despacho ANEEL 881	22/03/2019	Altera o nome da UTE, localização e características técnicas
REA ANEEL 7.772	16/04/2019	Altera o cronograma de implantação da UTE
Portaria MME 219	07/06/2019	Altera a Garantia Física da Usina
Of.AGENERSA/PRESI SEI nº 116	20/05/2020	Autoriza a construção do gasoduto dedicado
Deliberação AGENERSA 4508	07/11/2022	Prioridade da Naturgy em realizar o O&M do gasoduto
Despacho ANEEL 4365	14/11/2023	Estabelece o prazo de 90 dias para migração da conexão provisória de 345kV para a conexão definitiva em 500kV, após o início da operação da SE LAGOS 500, após manifestação do O.N.S. sobre conveniência hidrológica
Despacho ANEEL 4695	01/12/2023	Autoriza o início da operação comercial da UTE a partir de 02/12/2023

2. Políticas contábeis

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do conselho de administração de 07 de Fevereiro de 2025.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação e preparação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os demais instrumentos financeiros são classificados por meio de outros resultados abrangentes e compreendem investimentos em instrumentos derivativos podendo estar classificados como ativos não-circulante ou passivos não circulantes.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores nacionais, empréstimos a pagar, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, os fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamento para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, limitada a geração de benefícios econômicos e expectativa de uso do Ativo de acordo com prazo contratual (25 anos), conforme apresentado a seguir:

- | | |
|--|-------------------------------------|
| • Benfeitorias em imóveis de terceiros: 5 anos | • Móveis e utensílios: 10 a 16 anos |
| • Equipamentos de informática: 5 a 6 anos | • Máquinas e Equipamentos: 24 anos |
| • Edificação e Obra Civil: 24 anos | • Outros imobilizados: 6 a 7 anos |

e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são gastos com desenvolvimento de projeto mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, e assim, se mensura mensalmente a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os custos dos ativos de direito de uso incluem o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Direito de uso do escritório São Paulo (aluguel): 3 anos
- Softwares: 5 anos
- Licenças e Servidões Operacionais: 24 anos
- Outros Intangíveis: 5 anos

f) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição federais diferidos, avaliação da posição de hedge, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e provisões para devedores duvidosos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

h) Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

i) Demonstração do fluxo de caixa indireto

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada a partir do método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

j) Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são classificados como:

- Hedges de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido.

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.
- Para instrumentos financeiros não derivativos a Companhia analisa a natureza da operação de forma a realizar o reconhecimento da maneira mais adequada. Para operações de energia bilaterais onde o objetivo é antecipação de caixa a companhia realiza o registro como instrumentos financeiros a custo amortizado, onde o spread da antecipação é reconhecido como despesa financeira.

a) Custos de empréstimos e debêntures

Custos de empréstimos e debêntures diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e debêntures compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo e às debêntures.

b) Tributos

A Companhia está no regime de apuração pelo lucro real e contabiliza os débitos e créditos tributários pelo regime de competência. A apuração dos impostos ocorre após o fechamento do mês de competência, sendo a única exceção a apuração do imposto de renda que é realizada dentro do mês de competência.

c) Provisões

A Companhia provisiona as despesas relacionadas a envolve valores financeiros que ainda não foram pagos, mas derivam de fatos geradores contábeis já ocorridos. Bem como, provisiona 100% dos processos jurídicos com causa provável, caso ocorram.

d) Estoque

Os estoques da Companhia são compostos por materiais de uso e/ou consumo. Eles são demonstrados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. A mensuração dos estoques também inclui qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos.

e) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das

devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto é transferido para o cliente.

f) Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. O reconhecimento é feito inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente mensurado pelo custo amortizado deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

3.1. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2024

Em 2024, houve várias atualizações e novos pronunciamentos contábeis

- CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas ao Clima;
- CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima;

Esses pronunciamentos refletem a crescente importância de questões ambientais e de sustentabilidade nas práticas contábeis.

Estas normas contábeis não afetaram as demonstrações financeiras em 2024.

3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

- Alterações ao CPC 18 (R3) e ao ICPC 09 (R3).
- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.
- CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Revisão NBC 19: Esta revisão modifica a NBC TG 26 (R5), que trata da apresentação das demonstrações contábeis. As alterações incluem novos critérios de classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, especialmente relacionados ao ciclo operacional normal e passivos financeiros. A aplicação retroativa desta revisão começou em 1º de janeiro de 2024

- Revisão NBC 22:

1. NBC TG 32 (R4) sobre tributos sobre o lucro;
2. NBC TG 03 (R3) sobre demonstrações do fluxo de caixa.

- Revisão NBC 27: Esta revisão altera a NBC TA 700 e a NBC TA 260 (R2), que tratam da formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. As mudanças incluem novas declarações de independência do auditor e outros requisitos éticos.

Essas revisões visam aprimorar as práticas contábeis no Brasil e garantir maior transparência e precisão nas demonstrações financeiras.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalente de Caixa	33.557	863
Aplicações financeiras de liquidez imediata	193.357	102.646
Total	226.914	103.509

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez diária, sem perda de valor em caso de resgate antecipado e indexado ao CDI.

5. Clientes

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia é composto pelos recebíveis dos contratos de comercialização de energia (i) no ambiente regulado (CCEAR) (ii) no ambiente de comércio livre (ACL) e (iii) pelos contratos negociados no mercado de curto prazo (MCP) com o excedente da energia gerada. Todos os clientes são nacionais.

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes Comerciais CCEAR	160.405	129.393
Clientes MCP	8.573	6.415
Clientes SEB	18	659
Total Clientes Nacionais	168.996	136.467

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há inadimplência que requeira provisão para perda de crédito esperada (PCE).

6. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Almoxarifado (consumo)	28.258	417
Total	28.258	417

O estoque é composto basicamente por itens de consumo importados necessários para garantir a operação da UTE.

7. Impostos a Recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda retido na Fonte-IRRF (a)	2.167	8.686
Imposto sobre Operações Financeiras-IOF	430	14
IRPJ Recuperar	413	–
CSLL Recuperar	149	–
ICMS a Recuperar	3.101	–
Outros a Recuperar	14	–
Total Imposto a Recuperar CP	6.274	8.700

(a) O imposto de renda retido na fonte – IRRF será realizado em processos de compensação com outros impostos e tributos federais dentro dos próximos 12 meses a partir da entrega da ECF 2025.

O saldo do Imposto de renda retido na fonte – IRRF em 2023 foi totalmente compensado para pagamentos de outros impostos e tributos federais em 2024.

8. Instrumentos Financeiros

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro passa a não ser mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

8.1 Proteção de fluxo de caixa com derivativos

A Companhia contratou instrumentos derivativos (NDF) com intuito de proteger a sua exposição a compromissos com fornecedores estrangeiros do contrato de EPC. Em dezembro de 2024 a posição do balanço está demonstrada no quadro abaixo.

Agente Financeiro	Instrumento financeiro	Indexador	Ativo		Passivo	
Mantidos até o vencimento:			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banco ABC	NDF	EUR/USD/BRL	–	–		2.818
Banco do Brasil	NDF	USD/BRL	2.303	–	–	–
Total			2.303	–	–	2.818

Agente Financeiro	Ajuste de avaliação	Inde-xador	Patrimônio Líquido					
Mantidos até o vencimento:			31/12/ 2023	Nova operação	Variação monetária ativa	Variação monetária passiva	Liqui-dação	31/12/ 2024
Banco ABC	NDF	EUR/USD/ BRL	(2.818)	–	–	–	2.818	–
Banco do Brasil	NDF	USD/BRL	–	2.303	–	–	–	2.303
Banco do Brasil	Hedge rolagem	USD/BRL	(666)	–	(2.845)	1.246	2.265	–
Banco ABC	Hedge rolagem	EUR/BRL	(6.290)	–	(111)	8.564	–	2.163
Total			(9.774)	2.303	(2.956)	9.810	5.083	4.466

8.2 Contratos futuros de comercialização de energia

Durante o ano de 2024 a companhia celebrou contratos de compra e venda de energia com comercializadoras de instituições financeiras onde o valor referente às vendas foi adiantado com o objetivo de antecipar o fluxo de caixa adicional gerado pela liquidação do excedente de energia no mercado de curto prazo.

Todas as operações de compra e venda eram lastreadas com a energia da contraparte não gerando exposição física ou financeira ao preço de energia do mercado (PLD).

Devido a natureza da operação a Companhia reconheceu o arranjo contratual de forma líquida como um passivo financeiro a custo amortizado.

O spread das operações bilaterais incorrido em 2024 foi de R\$15.623 e está reconhecido na rubrica de encargos de antecipação na nota de resultado financeiro.

A posição em dezembro de 2024 e 2023 encontra-se no quadro abaixo.

Agente Financeiro	Instrumento financeiro	Passivo	
		31/12/2024	31/12/2023
Custo amortizado			
Santander comercializadora de energia	Contratos de energia	56.710	–
Itaú comercializadora de energia	Contratos de energia	–	50.002
Total		56.710	50.002

9. Imobilizado

As movimentações dos ativos imobilizados no exercício findo são as seguintes:

Saldo em:		31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2024	
Imobilizado em serviço	Valor líquido	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Valor líquido	Taxa média de Depreciação
Terrenos	118.678	–	–	–	–	118.678	0,00%
Máquinas e equipamentos	2.435.752	71	257.016	(76.018)	(112.191)	2.504.630	4,30%
Edificações e Obras Civil	311.063	–	46.344	–	(14.737)	342.670	4,15%
Equipamentos de informática	38.925	51	784	–	(2.323)	37.437	16,67%
Benfeitoria em imóveis de terceiros	85	–	–	–	(51)	34	20,00%
Móveis e utensílios	1.462	188	913	(19)	(166)	2.378	6,25%
Outros	–	84	–	–	(2)	82	20,00%
Total do imobilizado em serviço	2.905.965	394	305.057	(76.037)	(129.470)	3.005.909	

Imobilizado em curso	Valor líquido	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Valor líquido
Terrenos	8.338	5.715	–	–	–	14.053
Máquinas e equipamentos	166	13.076	–	–	–	13.242
Edificações e Obras Civil	–	539	–	–	–	539
Equipamentos de informática	2.947	2	(2.949)	–	–	–
Obras em andamento	310.865	43.381	(303.360)	–	–	50.886
Estoques de Ativos	134.635	–	(71.661)	(26.898)	–	36.076
Estoques em ativos de terceiros	–	–	72.913	–	–	72.913
Depósitos Judiciais	628	587	–	–	–	1.215
Adiantamento Imobilizado	13.031	22.152	–	–	–	35.183
Outros	–	378	–	–	–	378
Total do imobilizado em curso	470.610	85.830	(305.057)	(26.898)	–	224.485
Total do imobilizado	3.376.575	86.224	–	(102.935)	(129.470)	3.230.394

Ativos em construção

Em 2023 se iniciou a construção da Linha de 500 kV que tem conclusão prevista para 2025.

Custos de empréstimos capitalizados

A Companhia iniciou a construção da Usina Marlim Azul em fevereiro de 2019.

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$663.388. Esses custos foram capitalizados até 30 de novembro de 2023, mês anterior a entrada de operação. Assim, não há em 2024 adição de capitalização de custos de empréstimos.

10. Intangível

As movimentações dos ativos intangíveis no exercício findo são as seguintes:

Saldos em:	31 de dezembro de 2023					31 de dezembro de 2024	
Intangível em Serviço	Valor líquido	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Valor líquido	Taxa média de Amortização
Direito de uso	539	18	–	–	(381)	176	33,00%
Intangível	21.184	110	–	–	(892)	20.402	4,00%
Servidões	28.437	–	–	–	(1.185)	27.252	4,15%
Software	2.186	–	–	–	(683)	1.503	20,00%
Outros	3	–	–	–	(2)	1	20,00%
Total do intangível em serviço	52.349	128	–	–	(3.143)	49.335	

Intangível em Curso	Valor líquido	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Valor líquido
Servidões	543	181	–	–	–	724
Total do intangível em curso	543	181	–	–	–	724
Total do intangível	52.893	309	–	–	(3.143)	50.058

11. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	135.851	281.704
Fornecedores estrangeiros	100.710	316.421
Total	236.561	598.125

No dia 18 de julho de 2024 a Companhia concluiu a discussões sobre os pagamentos remanescentes ao consórcio de EPC constituído pela Cobra Espanha, Mitsubishi Power e suas subsidiárias resultando no 3º aditivo contratual e instrumento de acordo entre as partes. Em dezembro de 2024 o saldo remanescente do contrato de EPC era de R\$ 56.958 em fornecedores nacionais de R\$ 31.479 em fornecedores estrangeiros que serão totalmente quitados até março de 2025.

12. Obrigações trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos	498	188
Provisões de Férias	1.866	2.067
Provisão de Bônus	8.751	7.560
Total	11.115	9.815

Em provisões bônus estão registrados os valores referentes aos bônus anual e outros incentivos de longo prazo.

13. Tributos e contribuições a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuições sobre P&D	4.346	1.071
PIS a Recolher	910	340
COFINS a Recolher	4.207	1.653
INSS a recolher	669	–
Outros Impostos a Recolher	3.413	44
Total	13.545	3.108

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os desembolsos do BNDES ocorrem conforme cronograma predefinido e são realizados “pari-passu” com as necessidades de capital para os trabalhos de implantação da usina.

Em 23 de maio de 2024 a companhia obteve a liberação de recursos no montante de R\$420.000 através da emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, junto ao banco Itaú e BNDES com vencimento em 2039. As debêntures possuem período de carência de pagamento de 24 meses da data de contratação, março de 2024, iniciando sua amortização em março de 2026 e com incidência de juros de IPCA +7,5608%.

As debêntures foram emitidas com o objetivo de sustentar os desembolsos finais do período de construção e finalização da estrutura de 500Kv.

Em 03 de junho de 2024 a companhia liquidou a Nota Comercial com o banco ABC no valor de R\$20.000 mais R\$ 2.269 de juros com recursos provenientes das debêntures.

	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e Variação Monetária	Custo de Transação	Pagamentos Empréstimos Principal	Pagamentos Empréstimos Juros	Amortização de transação	Saldo em 31/12/2023
BNDES	2.275.340	169.814	216.640	(9.941)	(10.238)	(9.425)	2.330	2.634.520
Nota Comercial	–	20.000	1.044	–	–	–	–	21.044
Total	2.275.340	189.814	217.684	(9.941)	(10.238)	(9.425)	2.330	2.655.564

	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e Variação Monetária	Custo de Transação	Pagamentos Empréstimos	Pagamentos Empréstimos Juros	Amortização de transação	Saldo em 31/12/2024
BNDES	2.634.520	–	240.803		(138.017)	(114.989)	2.566	2.624.883
Nota Comercial	21.044	–	1.225	–	(20.000)	(2.269)	–	–
Debêntures	–	420.000	30.512	(33.113)	–	–	1.480	418.879
Total	2.655.564	420.000	272.540	(33.113)	(158.017)	(117.258)	4.046	3.043.762

Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento		Saldo em 31/12/2021			
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES sub crédito A	IPCA + 3,86%	15/11/2043	¹	58.250	1.069.555	60.960	1.041.394
BNDES sub crédito B	IPCA + 4,66%	15/11/2043	¹	80.909	1.425.806	84.650	1.437.879
Nota Comercial	100% DI (B3)+3,20%	20/05/2024	²	21.044	–	–	–
Debêntures	IPCA + 7,5608%	25/03/2039		–	–	–	–
Circulante				160.203	–	(2.220)	421.099
Não Circulante				–	2.495.361	143.390	–
				–	–	–	2.900.372

¹ O financiamento não possui covenant de vencimento antecipado, sendo o ICSD aplicável apenas para distribuição de dividendos ou redução de capital.

² As debêntures possuem covenant para vencimento antecipado ($ICSD \geq 1,2$) e para distribuição de dividendos e redução de capital ($ICSD \geq 1,3$).

Ano	Valor
2025	141.214
2026	125.584
2027	125.584
Após 2027	2.651.380
Total	3.043.762

Covenants financeiros

A Companhia está sujeita a índices de restrição de endividamento (covenants), notadamente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ICSD) O não cumprimento desses covenants limita a distribuição de dividendos, e no caso das debêntures, pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas ($ICSD < 1,2$).

O cumprimento dos covenants financeiros é verificado anualmente pelos respectivos agentes credores, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2024 estão em cumprimento com relação aos covenants financeiros e não financeiros relacionados a eventos de vencimento antecipado e distribuição de dividendos.

Contas Garantidas

A Marlim Azul Energia possui contas garantidas para atender a CCEE e para o BNDES. A conta do Bradesco atende a CCEE e a contas do Citibank atendem ao BNDES. Uma parcela dos depósitos a curto prazo do Grupo cauciona as contas correntes garantidas.

15. Provisões e Contingências

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais diversos	6.455	4.229
Despesas pessoal	4.371	3.695
Processo Trabalhista	111	–
Processo Cível	590	–
Outros	145	525
Total	11.672	8.449

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$ 861, com prognóstico de perda possível avaliado pela Administração e seus assessores jurídicos.

16. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é composto conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Em milhares de R\$	Ações	Em milhares de R\$	Ações
Mitsubishi Power Americas INC	124.341	1.577.430.704	124.341	1.577.430.704
Infraestrutura Brasil Holding III S.A	311.475	3.951.463.906	311.475	3.951.463.906
Shell Gas B.V.	185.890	2.358.258.899	185.890	2.358.258.899
Total	621.706	7.887.153.509	621.706	7.887.153.509

Ajuste de avaliação patrimonial

A companhia possui hedge de fluxo de caixa para proteger-se contra os riscos de câmbios, esses instrumentos financeiros são registrados a valor justo, sendo atualizado mensalmente pela companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui em seu patrimônio líquido o valor de R\$ 4.466 e em 2023 detinha (R\$ 9.774) referente a hedge de fluxo de caixa.

Reserva de Capital

O total da reserva de capital é R\$ 5.419 em 2024.

17. Imposto de renda e contribuição social

O ativo fiscal diferido foi reconhecido com relação aos prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados.

A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado.

Conforme estimativa da Companhia, que está alinhada com o seu plano estratégico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido em 6 anos.

	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças temporárias	7.595	5.467
Prejuízo Fiscal	81.810	81.166
Total	89.405	86.633

Realização do IR e CS diferidos em anos

2025	15.122
2026	11.457
2027	14.818
2028	18.998
2029	21.817
2030	7.193
Total	89.405

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(7.440)	(149.041)
Alíquota nominal	34,00%	34,00%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	2.529	50.673
Diferenças permanentes líquidas	(2.529)	(30)
Diferenças temporárias líquidas	2.774	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.774	50.643
Alíquota fiscal efetiva	(37,3%)	(34,0%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo não circulante)	2.774	50.643

18. Seguros

A Companhia, mantém a política de contratar cobertura de seguros para riscos de engenharia, obras de construção civil, responsabilidade civil e riscos operacionais.

Em 31 de Dezembro de 2024, a Companhia mantinha em seu ativo circulante prêmios de seguros a apropriar conforme quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios de seguros a apropriar	22.575	4.403
Total circulante	22.575	4.403
Prêmios de seguros a apropriar	–	943
Total não circulante	–	943
Total Prêmios de seguros a apropriar	22.575	5.346

Em 31 de Dezembro de 2024, a Marlim Azul S.A. apresentava as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

Ramo	Seguradora	Vigências		Limite máximo de responsabilidade	Valor total segurado
		De	Até		
SEGURO GARANTIA JUDICIAL	Pottencial Seguradora	21/12/2023	21/12/2026	100% do valor segurado	300
Responsabilidade Civil Geral	Sompo Seguros S/A	01/12/2024	01/12/2025	100% do valor segurado	100.000
Riscos Operacionais	Tokyo Marine	01/12/2024	01/12/2025	2.325.179	3.818.179
Responsabilidade Civil – D&O	Liberty Seguros S.A.	11/06/2024	11/06/2025	100% do valor segurado	130.000
Risco de Engenharia (Manut. Ampla)	Starr International Brasil Seguradora S.A.	04/11/2019	05/12/2025	100% do valor segurado	3.482.199

Não é objeto do trabalho dos auditores independentes a avaliação da suficiência das coberturas de seguros.

19. Receita Líquida

O reconhecimento de receita gerada pela UTE Marlim Azul Energia advém dos 25 (vinte e cinco) contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), 2 (dois) contratos no ambiente de comércio livre (ACL) e pelos contratos negociados no mercado de curto prazo (MCP) com o excedente da energia gerada.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Geração Própria	1.099.176	105.447
Revenda de Energia	–	419.753
Total Receita Bruta	1.099.176	525.200
PIS	(19.829)	(8.666)
COFINS	(91.332)	(39.915)
Contribuições sobre P&D	(10.753)	(1.071)
Total das Deduções	(121.914)	(49.652)
Receita Líquida	977.262	475.548

(a) Receita distribuída por mercado	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Comerciais CCEAR	1.062.692	516.324
Receita MCP	23.610	8.217
Receita ACL	12.874	659
Total da Receita Bruta	1.099.176	525.200

20. Custo com venda de energia

	31/12/2024	31/12/2023
Compra de energia elétrica	–	(377.481)
Encargos setoriais	(67.702)	(80.411)
Insumos para produção de energia	(315.434)	(75.658)
Seguros	(35.786)	–
EDF	(29.553)	–
Depreciação e amortização	(129.471)	(9.946)
Outros	(2.717)	(111)
Total	(580.663)	(543.607)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Geral e administrativa	(8.012)	(3.589)
Pessoal, despesas relacionadas	(25.962)	(26.865)
Serviços profissionais	(33.858)	(26.665)
Impostos e taxas	(268)	(49)
Depreciação e amortização	(3.143)	(1.156)
Seguros	–	(3.923)
Despesas de viagens	(1.991)	(2.358)
Outras despesas	(4.992)	(1)
Total	(78.226)	(64.606)

22. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras		
Variação cambial negativa	(2.280)	(6)
Comissão de Fiança	(39.205)	(9.347)
Juros BNDES (1)	(240.803)	(16.918)
Juros sobre arrendamentos	(30)	(103)
Juros debêntures (1)	(30.512)	–
Juros Nota Comercial ABC	(1.225)	(1.044)
Encargos de antecipação	(15.633)	–
Outras despesas financeiras	(9.374)	(869)
Total	(339.062)	(28.287)
<i>(1) Juros e Custos de amortização</i>		
Receitas financeiras		
Receitas financeiras	10.895	11.569
Outras receitas financeiras	2.336	431
Variação cambial ativa	35	1
Total	13.266	12.001

23. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2024 a Companhia detém um contrato para a UTE Marlim Azul Energia, sendo um com Mitsubishi Power Américas INC. para fornecimento de serviços e peças.

24. Compromissos de longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2024 os principais compromissos de longo prazo da companhia se referem aos contratos de O&M e LTWA firmados com a EDF Norte Fluminense e Mitsubishi Power Américas INC, sendo esse último já mencionado na nota 23 (partes relacionadas).

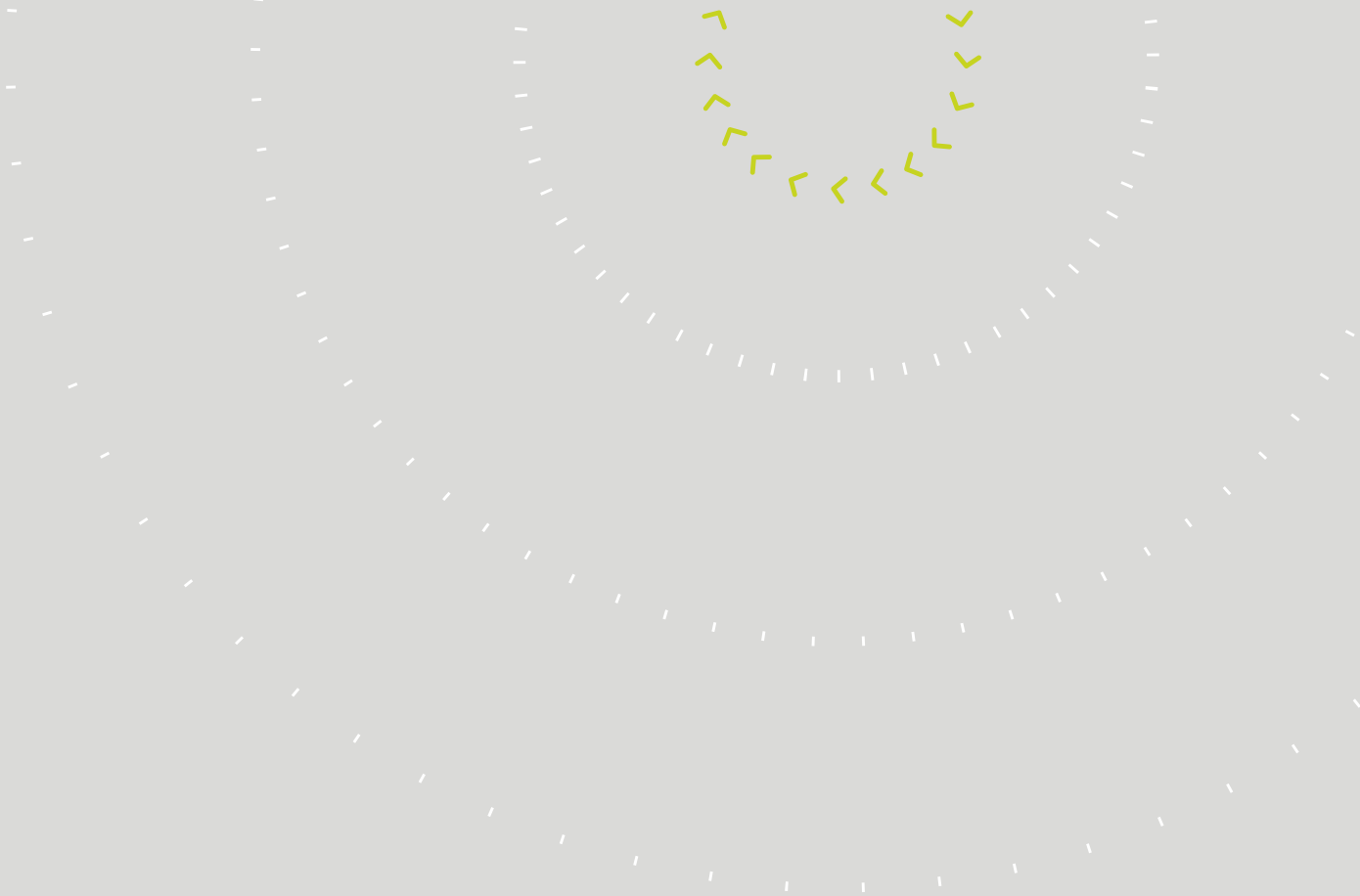
	2025	2026	2027-2030	2031 em diante	Total
O&M – EDF Norte Fluminense	39.536	41.101	179.476	74.149	334.262
LTWA – Mitsubishi Power Americas	10.900	8.441	49.908	352.109	421.358
Total	50.436	49.542	229.384	426.258	755.620

Adicionalmente a Companhia possui R\$88.437 em aberto referente as parcelas finais do contrato de EPC que serão liquidados em março de 2025 encerrando assim as obrigações do período de construção conforme mencionado na nota n°11.

25. Eventos subsequentes

A Companhia identificou dois eventos subsequentes até a emissão das demonstrações financeiras.

Em 31/01/2025, a Companhia recebeu da Shell Brasil Petróleo Ltda. o valor de R\$ 142.000.000,00 em razão dos ajustes e quitação mútua de pleitos previstos no settlement agreement assinado em 28 de junho de 2024. Em 04/02/2025 a Companhia pré-pagou o contrato de compra de energia com o Santander no valor de R\$ 56.710.456,46, o montante está destacado na nota 8 (instrumentos financeiros).



ARKE

UTE ■ Marlim Azul